



ÁREA TEMÁTICA: Classes, Desigualdades e Políticas Públicas

Rendimento e privação entre os idosos portugueses. Uma análise de dados do Painel dos Agregados da Comunidade Europeia.

LOPES, Alexandra

PhD, Social Policy

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

aslopes@letras.up.pt

Resumo

A comunicação pretende discutir a relação entre o rendimento do adulto equivalente e os níveis de privação em termos de estilo de vida, focando em particular a população idosa portuguesa. Toma-se como ponto de partida um conjunto de estudos que têm sido desenvolvidos em vários países Europeus, os quais têm demonstrado que as relações entre rendimento e privação são mais fracas do que se poderia supor, implicando isso que as tradicionais linhas de pobreza podem ter uma performance relativamente limitada na identificação dos agregados familiares com mais dificuldades em concretizar um estilo de vida aceitável segundo os padrões das sociedades modernas. A comunicação procura explorar esta relação na população idosa portuguesa, analisando dados provenientes do Painel dos Agregados da Comunidade Europeia, para o ano 2000. Num primeiro momento procede-se à análise de privação, procurando identificar diferentes dimensões de privação e medindo a relevância de cada dimensão nos agregados familiares dos idosos. Num segundo momento, procura-se analisar a correlação entre níveis de privação e rendimentos, derivando-se dos resultados da análise algumas implicações no que diz respeito aos instrumentos de medição de pobreza entre os idosos portugueses.

Palavras-chave: Pobreza; Idosos; Privação





1. Introdução

A comunicação que se apresenta neste Congresso resulta de um conjunto de análises que estão a ser desenvolvidas pela autora com o objectivo de alargar a base empírica da literatura que tem sido publicada no nosso país, e internacionalmente, sobre as relações entre rendimento dos agregados e carências na concretização de estilos de vida. Diversos estudos, para diversos países europeus, têm demonstrado que as relações entre o rendimento monetário do agregado familiar e a experiência de carências são mais fracas do que se poderia supor (Mack et al., 1985; Halleröd, 1996; Muffels, 1993; Nolan et al., 1996). Este tipo de estudos levanta, naturalmente, algumas questões sobre as abordagens mais convencionais à medição da pobreza via medição do rendimento do agregado familiar. Nesta comunicação, o objectivo geral é demonstrar a pertinência deste debate para o caso português, em particular para a análise das condições de vida da população idosa.

Na primeira parte da comunicação, será feita uma abordagem genérica aos fundamentos teóricos das análises empíricas desenvolvidas, seguida de uma segunda parte onde se apresentarão as metodologias utilizadas e os dados empíricos analisados. Segue-se a apresentação de resultados, a qual compreenderá: uma análise à estrutura de carências identificadas, definindo dimensões de privação nos estilos de vida dos agregados; uma análise descritiva das dimensões de privação identificadas, colocando em realce as realidades da sub-amostra de idosos portugueses; a terminar, uma análise das correlações entre os níveis de carências identificados e os rendimentos dos indivíduos. O objectivo é, não só problematizar as relações entre rendimentos e níveis de carência em geral, mas dessa análise derivar implicações para a identificação das condições de vida de um grupo populacional que, em Portugal, vem sendo assumido, à luz das definições monetárias de pobreza, como um grupo social de grande incidência de pobreza. A comunicação termina com o delinear de algumas conclusões principais.

2. Fundamentos teóricos

O conceito de pobreza já há muito tempo que envolve uma perspectiva relativa, ou seja, uma perspectiva que aceita que a medição de pobreza tem que ser feita em relação a um nível de vida standard para a sociedade ou comunidade em que a mediação está a ser feita. É nesse sentido que aparecem instrumentos de medição de pobreza como as linhas de pobreza relativa, normalmente envolvendo a definição da linha de pobreza numa certa percentagem do rendimento médio ou do rendimento mediano. É um instrumento desse tipo que é usado, por exemplo, para medir pobreza em diversos estudos da Comissão da União Europeia ou do EUROSTAT.

A lógica inerente a esse tipo de abordagem é a de que todos aqueles que caíam abaixo da linha de pobreza definida como mínima para aceder ao estilo de vida 'normal' da comunidade respectiva estarão, para todos os efeitos, privados dos recursos financeiros necessários para concretizar esse estilo de vida, logo, estarão a vivenciar níveis inaceitáveis de carências.

Já em meados da década de oitenta, Ringen argumentava que baixo rendimento é um indicador limitado de pobreza já que não consegue distinguir diferentes níveis de carências (Ringen, 1988). Estudos levados a cabo em diferentes países europeus mostraram, de facto, que nem sempre há correspondência entre aqueles que estão abaixo (ou acima) da linha de pobreza e aqueles que experienciam carências (ou que não as experienciam) (Townsend, 1979; Mack et al., 1985; Mayer et al., 1988; Callan et al., 1993; Muffels, 1993; Halleröd, 1996).

Várias explicações têm sido avançadas para esta relação mais ou menos fraca entre rendimento e carências em termos de estilo de vida. Uma dessas explicações é a que tem levado ao uso do conceito de pobreza persistente, significando isso a implícita aceitação do pressuposto de que o impacto do baixo rendimento no estilo de vida só se verifica se o baixo rendimento for persistente. Complementar dessa é a explicação que coloca em realce a necessidade de não existirem outros recursos que substituam o



rendimento gerado pelo agregado para que o baixo rendimento tenha impacto no estilo de vida (e, talvez por isso, se tenha começado a incluir em alguns estudos sobre pobreza a análise das poupanças e das transferências monetárias de familiares e amigos).

Uma linha de argumentação particularmente importante para a análise das condições de vida das populações idosas é aquela que coloca em realce o facto de os estilos de vida actuais dos indivíduos resultarem de processos sociais e económicos diversificados, que ocorrem ao longo do tempo e que estão, em muitos casos, para lá do próprio rendimento disponível. Devido às diferentes trajectórias de vida que os indivíduos e respectivos agregados experienciam, marcadas por oportunidades, constrangimentos e acontecimentos igualmente diversificados, é plausível assumir que no momento da medição das condições de vida do agregado, agregados com os mesmos níveis de rendimento experienciem níveis distintos de carências.

Atendendo à forma rotinizada com que a linha de pobreza relativa é utilizada como instrumento preferencial de medição de pobreza, nesta comunicação pretende-se analisar empiricamente, e para o caso português, a natureza das relações entre rendimento e carências.

Para a nossa abordagem, porém, é central definir, com clareza, o que se entende por carência ou privação. Na linha de Whelan e Nolan (2001) também aqui se trabalha com um conceito de privação que implica a negação da possibilidade de ter ou de fazer alguma coisa, assim como se trabalha com um conceito que envolve uma qualificação relativa do bem ou estado que se pretende. Ou seja, por privação entendemos a impossibilidade de obter os bens, equipamentos e oportunidades para participar da forma tida como apropriada na comunidade em que se está inserido. Assim definida, carência envolve não só a análise dos resultados das escolhas dos indivíduos, mas também os constrangimentos que se fazem sentir sobre essas escolhas.

Trabalhando com este tipo de definição de privação, iremos privilegiar a análise de indicadores para os quais se possa assumir, de forma razoável, que a sua ausência será explicada na maior parte das vezes por limitações de recursos financeiros, e não tanto por outro tipo de constrangimentos tais como diferenças de gostos ou de preferências.

3. Metodologias e dados empíricos

A comunicação procede da análise de dados do Painel dos Agregados da Comunidade Europeia, e foca em particular os dados referentes ao ano 2000 (a sétima vaga do painel)¹. A principal razão para usar estes dados e não quaisquer outros produzidos especificamente no contexto português, tem a ver não só com a riqueza dos indicadores disponíveis, mas sobretudo com o esforço para manter algum paralelo entre as nossas análises e outros estudos semelhantes que têm sido desenvolvidos em vários países Europeus.

Os resultados apresentados são baseados na amostra total Portuguesa (11054 indivíduos, distribuídos por 4633 agregados). A análise de dimensões de privação é feita com base nos resultados nacionais, sendo depois feita uma análise mais detalhada das relações entre rendimento e privação na sub-amostra de idosos. Foram considerados idosos todos os indivíduos com idades iguais ou superiores a 65 anos. O número de idosos na base do ano 2000 é de 2594 indivíduos.

Foram identificados 22 indicadores de privação, na linha do que foi discutido na secção anterior. O formato dos indicadores varia bastante, mas a análise foi desenvolvida para garantir que cada indicador pudesse ser considerado como um indicador fiável de privação forçada de itens genericamente desejados pela população.

Foram apresentados aos inquiridos um conjunto de indicadores no formato usado por Mack e Lansley (1985): para cada agregado foi definido se o item estava ou não disponível e, em caso negativo, se a indisponibilidade se devia a incapacidade para custear o respectivo item. Os itens seguintes foram apresentados com este formato:



- Televisão a cores
- Telefone
- Vídeo-gravador
- Micro-ondas
- Máquina de lavar louça
- Computador pessoal
- Carro ou carrinha para uso pessoal

Nestes indicadores, um agregado é considerado em situação de privação se declarar não possuir o item por não o poder custear. Para outros itens, a presença/ausência de elementos de acessibilidade financeira foi incorporada na própria questão: 'Existem coisas que as pessoas não podem custear, mesmo que gostassem de as ter. Posso perguntar-lhe se, na seguinte lista, o seu agregado pode custear os bens se os desejar? '. Os seis itens seguintes foram apresentados com este formato:

- Manter a casa devidamente aquecida
- Pagar uma semana anual de férias fora de casa
- Substituir mobília gasta
- Comprar roupas novas em vez de em segunda-mão
- Comer carne, frango ou peixe dia-sim, dia-não, se o desejar
- Receber amigos ou familiares para uma refeição pelo menos uma vez por mês

Um agregado é considerado em situação de privação se declarar que não pode custear o item.

Três dos indicadores disponíveis dizem respeito a condições de habitabilidade tão básicas que podem ser assumidas como desejadas pela totalidade dos agregados:

- Banho ou chuveiro
- Sanita com autoclismo dentro da habitação
- Água corrente quente

Um agregado é considerado em situação de privação se declarar não possuir esses itens.

Um outro conjunto de indicadores reflectem problemas que contêm a noção implícita de que os agregados desejam evitar as situações descritas:

- Falta de espaço na habitação
- Falta de luz na habitação
- Falta de instalações de aquecimento adequadas
- Tectos com infiltrações
- Humidade nas paredes, no chão ou nas fundações
- Janelas, portas ou pavimentos com madeira apodrecida

Para estes indicadores, um agregado é considerado em situação de privação se declarar presença de qualquer das condições descritas.

No total, trabalhamos com os 22 itens, atribuindo-se a cada caso o valor 1 se fosse verificada a condição de privação, e o valor 0 se a mesma não se verificasse.



Será de assinalar que os indicadores disponíveis no Painel dos Agregados da Comunidade Europeia não incluem informação sobre a qualidade ou o preço dos itens considerados, pelo que as análises apresentadas não podem servir de base para qualquer generalização sobre padrões de vida. O objectivo é apenas desenvolver uma medida de privação, entendida nos termos tornados explícitos na secção anterior.

Quanto à análise da variável rendimento, é utilizada como medida de rendimento a variável transformada 'rendimento do adulto equivalente'. Esta variável é obtida, ponderando o rendimento total do agregado familiar pela escala modificada de equivalência da OCDE (esta escala atribui ao primeiro adulto um peso igual a 1.0, aos restantes adultos um peso igual a 0.5 e a cada criança um peso igual a 0.3). O rendimento registado em cada vaga do Painel dos Agregados refere-se ao ano anterior, pelo que a variável usada, da base de 2000, regista informação sobre o rendimento de 1999. Nas análises de correlação do rendimento com os índices de carência criados, trabalhou-se com o logaritmo natural do rendimento equivalente, significando isso que é considerado não no seu valor absoluto mas a partir do seu valor relativo na distribuição. Entre outras, essa abordagem permite-nos contornar os problemas de assimetria forte que marcam a distribuição da variável rendimento.

4. Dimensões de privação

Uma das formas possíveis de analisar os dados seria construir um índice sumário de privação utilizando os 22 indicadores disponíveis. No entanto, estudos anteriores têm demonstrado que é possível identificar dimensões distintas de privação, as quais não só têm implicações diversas em termos de estilo de vida, como também apresentam padrões de correlação distintos com o rendimento monetário (Callan et al, 1993).

De acordo com o exposto, a nossa análise consistiu na identificação de eixos de diferenciação na realidade da privação, na linha das dimensões já identificadas em estudos anteriores (Whelan et al, 2001). Para o efeito recorreu-se a uma análise factorial com rotação oblíqua, sendo definido como critério de extracção de factores o valor próprio superior a 1. A solução obtida apresentou um bom grau de ajustamento e permitiu identificar 5 dimensões de privação, tal como disposto no quadro 1 abaixo. Os indicadores apresentam variâncias explicadas pela solução factorial entre o mínimo de 0.320 e o máximo de 0.801. A solução encontrada foi obtida considerando os dados disponíveis para a totalidade da amostra portuguesa da vaga 7 do painel (ano 2000).



Indicadores	Componentes de Privação				
	Necessidades primárias	Estilo de vida básico	Estilo de vida secundário	Condições de habitabilidade básicas	Condições de conforto da habitação
O agregado pode comer carne/frango/peixe, dia-sim dia-não, se assim o desejar	0.769				
O agregado pode receber amigos ou familiares para uma refeição, pelo menos uma vez por mês	0.649				
O agregado possui telefone	0.383				
O agregado consegue manter a casa devidamente aquecida		0.716			
O agregado pode custear uma semana de férias por ano fora de casa		0.777			
O agregado pode substituir mobília gasta		0.798			
O agregado pode comprar roupas novas em vez de em segunda mão		0.581			
O agregado tem vídeo-gravador			-0.707		
O agregado tem micro-ondas			-0.719		
O agregado tem máquina de lavar louça			-0.617		
O agregado tem carro para uso pessoal			-0.561		
O agregado tem computador para uso pessoal			-0.718		
A casa dispõe de banho/chuveiro				-0.886	
A casa dispõe de sanita com autoclismo no interior da habitação				-0.883	
A casa dispõe de água corrente quente				-0.843	
O agregado tem TV a cores				-0.487	
A habitação tem falta de espaço					0.487
A habitação tem falta de luz					0.636
A habitação tem falta de instalações de aquecimento adequadas					0.335
A habitação tem infiltrações nos tectos					0.733
A habitação tem humidade nas paredes, chão ou fundações					0.819
A habitação tem janelas, pavimentos ou portas com madeira apodrecida					0.758

Quadro 1. Solução de análise factorial com 5 factores oblíquos para dimensões de privação

De acordo com a tabela acima, as cinco dimensões de privação identificadas para a amostra nacional Portuguesa foram as seguintes:

Carências na satisfação de necessidades primárias: aqui encontramos os indicadores de acesso a bens alimentares; curiosamente, a posse de telefone vai integrar este cluster, o que eventualmente será indicativo do estatuto desse bem nas sociedades modernas, onde, de facto, quase que pode ser considerado bem essencial. Pensando em particular na sub-população de idosos, será interessante considerar o telefone um bem essencial, já que funcionará como meio fundamental de ligação ao exterior, tanto mais importante quanto o idoso se apresente privado de redes presenciais de apoio.

Carências na satisfação de um estilo de vida básico: aqui encontramos um cluster de indicadores que poderiam ser considerados parte do estilo de vida standard das sociedades modernas. Trata-se aqui de fazer um juízo de qualificação, mas a solução encontrada parece ser coerente com os resultados obtidos em outros contextos nacionais Europeus.

Carências na satisfação de um estilo de vida secundário: aqui encontramos indicadores que serão considerados menos essenciais que os anteriores, ainda que de consumo generalizado nas sociedades modernas.

Carência de condições de habitabilidade básicas: aqui encontramos um cluster de indicadores que remetem para a falta de condições sanitárias básicas nas habitações. De forma curiosa, é com este *cluster*



que alinha o indicador 'Posse de TV a cores'. Este facto, em si, mereceria algumas considerações que, no entanto, ultrapassam o âmbito estrito desta comunicação.

Carência de condições de conforto da habitação: este último cluster de indicadores remete para problemas de deterioração das condições da habitação.

No processo de combinação dos itens analisados para obtenção de escalas de privação, várias alternativas se ofereciam. A escolha acabou por recair num procedimento aditivo simples, já que o uso dos scores factoriais não demonstrou ter efeito relevante nos resultados finais. O procedimento aditivo simples tem a vantagem adicional de ser mais transparente em termos de interpretação. Antes de se avançar para a construção dos índices de privação, tornou-se necessário desenvolver uma estimativa da fiabilidade dos mesmos por forma a verificar se todos os itens de cada índice estão, de facto, a medir o mesmo fenómeno latente. Para o efeito recorreu-se ao alfa de Cronbach, o qual apresentou valores bastante elevados para quase todas as dimensões de privação identificadas (0.786 para a privação de estilo de vida básico; 0.738 para a privação de estilo de vida secundário; 0.880 para privação de condições básicas de habitabilidade e 0.742 para privação de condições de conforto na habitação). A única dimensão que apresentou um alfa de Cronbach mais modesto foi precisamente a privação na satisfação de necessidades básicas, indicando que esta é uma área que poderá beneficiar de mais investimento no desenvolvimento de uma escala. O valor de alfa atingido foi 0.522, o que acabaria por determinar a exclusão desta dimensão de privação da análise de correlação com o rendimento.

Uma vez definidas as escalas de privação, procedeu-se à sua análise descritiva e à análise das relações com o rendimento. Os resultados gerais são apresentados de seguida.

5. Relações entre rendimento e carências: alguns resultados

Num registo mais global, e de acordo com os valores apresentados na tabela 2 abaixo, podemos afirmar, reforçando o que outros trabalhos têm vindo a demonstrar, que a população idosa portuguesa apresenta uma situação genericamente mais desfavorecida do que a população não idosa. Quer os índices de carência quer as medidas de rendimento apontam nesse sentido. Particularmente marcadas são as diferenças observadas no índice das condições de habitabilidade básicas e no índice das necessidades primárias, facto tanto mais relevante quanto remete para um conjunto de necessidades que, a não serem satisfeitas, colocam em risco grave a própria integridade física do indivíduo. Se pensarmos que a idade é um factor determinante na probabilidade de um indivíduo experimentar problemas de saúde, a severidade dos valores calculados para esses dois índices torna as suas implicações particularmente preocupantes.

Dimensões de carências	Valores médios nos índices de carência	
	Indivíduos abaixo dos 65 anos	Indivíduos acima dos 65 anos
Necessidades primárias	0.59	0.67
Estilo de vida básico	0.61	0.72
Estilo de vida secundário	0.24	0.38
Condições de habitabilidade básicas	0.07	0.17
Condições de conforto da habitação	0.21	0.28
Análise do rendimento do adulto equivalente	Valores médios e medianos do rendimento do adulto equivalente (% abaixo da linha de pobreza definida a 60% do rendimento mediano nacional)	
	Indivíduos abaixo dos 65 anos	Indivíduos acima dos 65 anos
Valor médio	1 332 881	1 056 461
Valor mediano	1 132 144	798 000
% abaixo da linha de pobreza	17.6	33.3

Quadro 2. Análise descritiva dos índices de carência e do rendimento do adulto equivalente



Passamos, de seguida, à análise das relações entre o rendimento do adulto equivalente e os valores nos índice de carências. A análise geral das correlações é apresentada na tabela abaixo.

Dimensões de carências	Ln Rendimento do adulto equivalente = Var. Independente		
	b	s	R ²
Estilo de vida básico	-0.257	0.004	0.229
Estilo de vida secundário	-0.173	0.004	0.295
Condições de habitabilidade básicas	-0.089	0.003	0.056
Condições de conforto da habitação	-0.091	0.004	0.056

Quadro 3. Coeficientes de regressão não estandardizados, desvios-padrão e coeficientes de determinação para o Ln do rendimento do adulto equivalente e os índices de carência

Podemos verificar que a relação entre rendimento e carências é, de forma geral, fraca a moderada, sendo particularmente fraca nas dimensões de privação relacionadas com a habitação. Isto pode significar que os índices relacionados com as condições de habitação não estão tão dependentes do nível de rendimento actual e talvez mais de factores ligados a percursos de vida e a fenómenos de acumulação ao longo da vida. Pode igualmente ser interpretado como um sinal da marcada dificuldade que pode existir em inverter situações de carência ao nível da habitação, mesmo em presença de recursos financeiros que, teoricamente, não classificam o indivíduo como pobre. A gravidade destes índices na população idosa, tal como visto nos parágrafos anteriores, levanta questões sobre a adequação da utilização de benefícios monetários como instrumento preferencial (muitas vezes, exclusivo) de intervenção no alívio de situações de pobreza entre os idosos.

Uma análise mais detalhada da distribuição do rendimento, considerando a posição relativa dos indivíduos a partir do decil em que caem, permite refinar a informação da tabela anterior.

Decis para o rendimento do adulto equivalente		Valores médios nos índices de carências			
		Estilo de vida básico	Estilo de vida secundário	Condições de habitabilidade básicas	Condições de conforto da habitação
Indivíduos abaixo dos 65 anos	Base	0.83	0.43	0.18	0.30
	2	0.82	0.40	0.15	0.28
	3	0.82	0.40	0.10	0.28
	4	0.79	0.35	0.08	0.29
	5	0.68	0.30	0.10	0.26
	6	0.71	0.29	0.05	0.22
	7	0.59	0.27	0.06	0.19
	8	0.53	0.21	0.01	0.15
	9	0.40	0.10	0.01	0.13
	Topo	0.18	0.02	0.01	0.09
	Total	0.61	0.23	0.07	0.21



Indivíduos acima dos 65 anos	Base	0.89	0.50	0.31	0.34
	2	0.87	0.52	0.29	0.34
	3	0.83	0.42	0.20	0.28
	4	0.80	0.47	0.14	0.31
	5	0.72	0.39	0.13	0.28
	6	0.66	0.39	0.10	0.28
	7	0.64	0.36	0.12	0.27
	8	0.54	0.20	0.04	0.22
	9	0.38	0.07	0.01	0.15
	10	0.23	0.06	0.02	0.11
	Total	0.72	0.38	0.17	0.28

Quadro 4. Valores médios nos índices de carências por decil do rendimento do adulto equivalente e por grupo etário

Repare-se, antes de mais, que, apesar de os valores médios dos índices de carências decrescerem à medida que subimos na distribuição do rendimento, esse decréscimo é muito ligeiro até mais de metade da distribuição, só se fazendo sentir de forma vincada nos decis superiores (normalmente nos 2 ou 3 decis superiores).

Em segundo lugar, e ainda num registo mais geral, é de salientar que há uma diferenciação muito reduzida nos valores médios dos índices de carência nos decis inferiores (em muitos casos os dois primeiros decis nem se distinguem), verificando-se, inclusivé, que, em alguns casos, o decil 4 apresenta valores superiores ao decil 3. De qualquer maneira, significa isso que diferenciações entre níveis de pobreza feitos a partir da posição relativa na distribuição do rendimento podem estar a sub-representar experiências de pobreza que são mais claramente captadas pela análise dos valores nas escalas de carências.

Este tipo de análise tem implicações, naturalmente, para o uso de linhas de pobreza relativa na identificação de situações de carência. A título de exercício, e considerando a linha de pobreza a 60% do rendimento mediano nacional, e a linha de pobreza no valor médio de cada índice, vejamos as correspondências entre as duas medidas.

Posição relativa à linha de pobreza a 60% do rendimento mediano nacional		% de indivíduos abaixo da linha de pobreza definida ao valor médio do índice			
		Estilo de vida básico	Estilo de vida secundário	Condições de habitabilidade básicas	Condições de conforto da habitação
Indivíduos abaixo dos 65 anos	Abaixo da linha de pobreza	83.9	75.1	22.7	46.6
	Acima da linha de pobreza	52.5	34.4	7.8	28.8
	Total	58.0	40.7	10.4	31.9
Indivíduos acima dos 65 anos	Abaixo da linha de pobreza	88.5	91.2	40.4	51.9
	Acima da linha de pobreza	63.6	54.4	17.1	38.2
	Total	71.9	66.7	24.8	42.7

Quadro 5. Percentagem de indivíduos abaixo da linha de pobreza medida no valor médio dos índices de carências por posição relativa à linha de pobreza monetária e por grupo etário

O que o exercício concretizado na tabela 5 nos sugere é que a linha de pobreza monetária tem uma performance particularmente insatisfatória para a identificação de situações de carência entre a população idosa, embora tal afirmação seja válida para a população em geral. Ainda que alguns dos valores possam



ser sujeitos a interpretações subjectivas, nomeadamente se quisermos discutir a natureza dos indicadores efectivamente considerados para a definição dos índices, não deixa de ser possível afirmar que as linhas de pobreza monetárias, nomeadamente nos índices relativos às carências mais básicas e às condições de habitabilidade, não sinalizam um contingente significativo de indivíduos que, no mínimo, apresentarão níveis de carências suficientes para configurar cenários de exclusão social.

6. Conclusões

A análise da incidência de pobreza tem privilegiado abordagens monetárias à pobreza, o que acaba por reflectir-se nos próprios instrumentos de política social desenhados para combater pobreza. No domínio das políticas sociais de combate à pobreza e à exclusão social entre os idosos, essa tem sido, sem margem de dúvidas, a posição dominante.

A nossa análise às relações entre a medição de pobreza na perspectiva monetária e a medição de pobreza enquanto privação de um conjunto de condições de vida assumidas como 'normais e desejáveis' mostrou-nos que:

- a relação entre as duas é mais fraca do que se poderia teoricamente supor se, de facto, se tratassem de medidas equivalentes;
- a sobreposição entre as duas abordagens está longe de ser perfeita, indicando que, embora relacionadas, são abordagens que remetem, porventura, para diferentes dimensões do próprio conceito de pobreza;
- a particular incidência de carências entre a população idosa, mesmo entre aqueles que, numa perspectiva monetarista, se encontram fora de uma situação de pobreza, levanta questões sobre a adequação de políticas sociais exclusivamente centradas na atribuição de benefícios monetários aferidos a partir do rendimento disponível.

O que os resultados apresentados nesta comunicação parecem sugerir é que, apesar das abordagens monetárias à pobreza conseguirem sinalizar indivíduos que se encontram numa situação adversa, parece que captam sistematicamente grupos menores de indivíduos do que as abordagens à pobreza que se centram na identificação de condições de vida. No mínimo, temos que estar conscientes das implicações disto em termos de políticas sociais. Devemos, além disso, equacionar se a abordagem às condições de vida oferece, ou não, uma medida superior de exclusão de um estilo de vida minimamente aceitável, indo mais de encontro ao que se espera seja produzido com uma medida de pobreza.

Referências bibliográficas

- CALLAN, T. et al. (1993), "Resources, deprivation and the measurement of poverty", *Journal of Social Policy*, vol.22, nº2, pp.141-172.
- HALLERÖD, B. (1996), "The truly poor: direct and indirect measurement of consensual poverty in Sweden", *Journal of Social Policy*, vol.5, nº2, pp.111-129.
- MACK, J. et al. (1985), *Poor Britain*, Londres, Allen & Unwin.
- MAYER, S. et al. (1988), "Poverty and the distribution of material hardship", *Journal of Human Resources*, vol.24, nº2, pp.88-114.
- MUFFELS, R. (1993), "Deprivation standards and style of living indices" in BIRGHMAN, J. e CANTILLON, B. (eds.), *The European Face of Social Security*, Aldershot, Avebury, pp.43-59.
- RINGEN, S. (1988), "Direct and indirect measures of poverty", *Journal of Social Policy*, nº17, pp.351-366.
- TOWNSEND, P. (1979), *Poverty in the United Kingdom*, Harmondsworth, Penguin.



WHELAN, C.T. et al. (2001), "Income, deprivation and economic strain. An analysis of the European Community Household Panel", *European Sociological Review*, vol.17, nº4, pp.357-372.

ⁱ A base de dados do Painel dos Agregados da Comunidade Europeia foi obtida mediante contrato entre a London School of Economics and Political Science, instituição onde a autora obteve o seu doutoramento, e o EUROSTAT.